

## A administração de recursos na família e sua relação com a aquisição de empréstimos<sup>1</sup>

Angelita Alves de Carvalho<sup>2</sup>  
Karla Maria Damiano Teixeira<sup>3</sup>  
Flávia Gusmão<sup>4</sup>

### Resumo

Este trabalho teve como objetivo diagnosticar e analisar os motivos que levaram os funcionários públicos da Universidade Federal de Viçosa a adquirirem empréstimos. Devido aos problemas que os empréstimos podem causar às famílias, este tema torna-se um assunto de grande relevância para estudos, uma vez que está diretamente relacionado ao bem-estar familiar. Para isto, os associados de duas instituições cededoras de empréstimos foram estudados, abrangendo um total de 121 servidores. Dos principais motivos alegados para se recorrer a empréstimos, 45% foram investimentos (reforma de casa, negócio próprio); 40%, pagamento de dívidas (contas atrasadas); e, 15%, emergências (problemas de saúde). Quanto à satisfação com o empréstimo, 90% dos associados entrevistados disseram que o empréstimo resolveu seus problemas e estão satisfeitos. Já com relação à quitação do empréstimo, 50% alegaram ter dificuldades. Caso precisassem fazer novos empréstimos, 100% recorreriam à mesma instituição.

**Palavras-chave:** Administração de recursos na família; orçamento familiar; aquisição de empréstimos.

### The administration of resources by families and its relation to the acquisition of money loans

#### Abstract

The aim of this study was to diagnostic and to analyze the reasons that made the employees of the Federal University of Viçosa to get money loans. Due to the problems that the loans may cause to the families, this topic becomes very relevant to the studies related to consumer issues, once it is associated to the family well-being. The associates of two money loan institutions were interviewed, totalizing 121 employees. The main reasons to get money loans cited were: 45% to make investments (to repair the house, to open their own business); 40% to pay some debt (delayed bills); and, 15% for emergencies (health problems). When talking about the satisfaction with the loan, 90% of the sample said that the loan solved their problems and they are satisfied. However, when comes to paying the loan, 80% said they had difficulties. In case they need to make a new loan, 100% would look for the same institution.

**Key-words:** Family resources management; family budget; money loans.

<sup>1</sup> Pesquisa realizada para cumprimento das exigências da disciplina Tópicos Especiais em Administração de Recursos na Família.

<sup>2</sup> Estudante de Economia Doméstica e Bolsista PET/ED da Universidade Federal de Viçosa.  
E-mail: linacarvalho@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Professora Adjunta do Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa.  
E-mail: kdamiano@ufv.br

<sup>4</sup> Estudante de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: fgusdm@yahoo.com.br

## Introdução

O termo sociedade de consumo tornou-se comum, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. Ele se estabeleceu para designar uma nova formação social, a qual é determinada não apenas pela produção de objetos, serviços e bens materiais e culturais, mas também por seu consumo acelerado (SILVA et al., 1995). O consumo, segundo Silva (1990), é parte indissociável do cotidiano do ser humano, independentemente de sua classe social. Em outras palavras, desde o nascimento e em todos os períodos de sua existência, o ser humano está sempre consumindo e os motivos vão desde a sua necessidade de sobrevivência até o consumo por simples desejo.

O ato de consumir é comum a todos os seres do universo e, para que o consumo seja efetuado, é preciso que os recursos estejam disponíveis (SILVA et al., 1995). Os recursos são os meios que as pessoas possuem para satisfazer suas necessidades, podendo ser materiais (dinheiro, bens) ou humanos (habilidades, tempo). Os recursos, por sua vez, são escassos, isto quer dizer que não são suficientes para atender a todos os desejos e necessidades das famílias, surgindo, assim, a necessidade de se planejar e tomar decisões. O planejamento consiste na escolha de como utilizar os recursos de forma a otimizar o seu uso, envolvendo reconhecimento da necessidade, procura e avaliação de alternativas, bem como aceitação das responsabilidades da decisão (DAMIANO TEJXEIRA, 2004).

No cotidiano das famílias, cada membro assume o papel de consumidor ao utilizar os recursos que lhe são disponíveis. A produção e o consumo na família estão estreitamente ligados ao seu poder aquisitivo e à situação econômica da sociedade. Assim, dois dos fatores determinantes do consumo na família são a posse e o uso de recursos. A família deve possuir recursos para satisfazer suas necessidades, que devem ser distribuídos entre seus membros, permitindo-lhes usá-los de acordo com necessidades e escolhas individuais e do grupo, a fim de melhorar sua qualidade de vida (SILVA et al., 1995).

Uma maior disponibilidade de recursos permite a realização de um maior número de desejos e necessidades, bem como o alcance de um número maior de metas. Porém, é necessário combinar os recursos disponíveis e usá-los de forma eficiente para que dêem um retorno satisfatório ao usuário, promovendo o bem-estar individual e familiar e permitindo, assim, que um número maior de necessidades e desejos sejam satisfeitos.

A administração é o processo de usar os recursos para atingir os objetivos. A falta de administração ou as práticas que prejudicam a administração dos recursos, como do dinheiro, por exemplo, pode levar a déficits financeiros, ocasionado o endividamento e gerando inúmeros problemas, sejam de ordem pessoal ou familiar (FREITAS, 2005).

No entanto, a população, não conseguindo programar da melhor forma seus gastos, endivida-se, gerando um aumento do número de cheques sem fundo e de inadimplências. O processo de endividamento que os trabalhadores brasileiros vêm passando gera inúmeros problemas à família. Com o intuito de pagar dívidas, recuperar o equilíbrio financeiro, solucionar imprevistos e aproveitar oportunidades, os trabalhadores brasileiros vêm recorrendo a empréstimos de instituições que oferecem diversas formas facilitadas de pagamento (FREITAS, 2005).

São inúmeras as linhas de crédito oferecidas pelo mercado atual, sendo os mais usados os cheques especiais e os empréstimos rápidos. O empréstimo, em especial, é caracterizado como uma linha de crédito disponibilizada pelos bancos ou financeiras que independe do destino do dinheiro, do qual o devedor pode usufruir livremente. O empréstimo pode ser obtido em Bancos, Financeiras e Cooperativas de Crédito e é geralmente creditado na conta corrente ou através de cheque nominativo (ARES, 2005).

Pesquisas mostram que o número de endividamentos da população cresce a cada ano, acompanhado do aumento da população de baixa renda. Os mais pobres, por não disporem de recursos e conhecimentos para se protegerem da inflação, poupam pouco e são com frequência devedores líquidos e obrigados a pagar as taxas altas de juros que o sistema financeiro brasileiro cobra. Já os mais ricos ainda se beneficiam com a alta interna dos juros e a generalização dos preços. A persistência dessa desigualdade se deve à orientação da política governamental atual, caracterizada por altas taxas de juros, sobrevalorização cambial, abertura (comercial e financeira), privatizações mal planejadas e à forma como são destinados os empréstimos das instituições oficiais de crédito, que sempre beneficiam as classes mais favorecidas. Isso mostra a relação direta da debilidade da política nacional social, ou seja, a persistência da desigualdade social e o endividamento da população brasileira (SUPLICY, 2000).

De acordo com esse contexto, este estudo buscou diagnosticar e analisar os motivos que levam os funcionários públicos (servidores e docentes) da Universidade Federal de Viçosa, juntamente com suas famílias, a recorrerem a este tipo de crédito e, assim, verificar se utilizam algum planejamento para o consumo.

Dessa maneira, problematiza-se que a aquisição de empréstimos por parte do servidor público da Universidade Federal de Viçosa é realizada por não existir um planejamento para o consumo, dada a facilidade de aquisição e os juros praticados pelas instituições de concessão serem menores que os do mercado. A partir disso, poderia se responder à questão que instigou a elaboração dessa pesquisa: existe uma relação direta entre a elaboração do planejamento para o consumo dentro das famílias e a aquisição de empréstimos em instituições financeiras?

Assim, o texto é organizado a partir da reflexão e desenvolvimento dos seguintes temas: apresentação da metodologia, enfatizando-se local de estudo, população e processo de amostragem, método de coleta e análise dos dados; referencial teórico, no qual se discorre a respeito dos planos econômicos e o consumo na sociedade brasileira, e a administração de recursos no contexto familiar; resultados e discussão; e, conclusões.

## Metodologia

Este estudo foi realizado na cidade de Viçosa, localizada na Zona da Mata de Minas Gerais, possuindo aproximadamente 70.000 habitantes (IBGE, 2004), além de uma população flutuante de aproximadamente 15.000 pessoas; a maior parte dela composta de estudantes, o que fornece à Viçosa características de uma cidade universitária. A presença de tantos estudantes se dá pelo fato da cidade possuir quatro Instituições de Ensino Superior (IES): Universidade Federal de Viçosa (UFV), Escola Superior de Viçosa (ESUV), Universidade de Viçosa (UNIVIÇOSA) e Faculdade de Direito de Viçosa (FDV). Contudo a UFV, por ser uma das maiores IES do país e, por seu reconhecimento nacional e internacional, é a que atrai maior número de estudantes e detém maior número de empregos da cidade (VIÇOSA, 2008).

Assim, a UFV contribuiu e ainda contribui muito para o crescimento e desenvolvimento da cidade, devido não somente ao fato de levar milhares de estudantes para Viçosa todos os anos, o que implica em maior movimentação comercial na cidade, mas também por ser um centro de ocupação de mão-de-obra. Essa Universidade originou-se da Escola Superior de Agricultura e Veterinária – ESAV, criada em 1922 pelo então governador do Estado de Minas Gerais, presidente Arthur da Silva Bernardes. Em 1948, o governo do Estado transformou-a em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais – UREMIG. Graças à sua sólida base e o seu bem estruturado desenvolvimento, a Universidade adquiriu renome em todo país, o que motivou o Governo Federal a federalizá-la em 15 de julho de 1969, com o nome de Universidade Federal de Viçosa (UFV, 2006).

A UFV possui, em seu campus, três agências bancárias, sendo essas a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e o Banco Itaú, que oferecem oportunidades de empréstimos convencionais a todos os professores, funcionários e estudantes da UFV. Além dessas instituições, a UFV também conta com a presença de uma Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores (UFV CREDI) e de um Instituto de Seguridade Social (AGROS), que também são oferecedoras de empréstimos a seus associados, sob condições especiais<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> A taxa de juros cobrada é menor do que o valor do mercado de empréstimos.

Neste trabalho, optou-se por trabalhar com a UFV CREDI e com o AGROS, por serem as responsáveis pelo pagamento de grande parte dos funcionários técnico-administrativos, além de serem as instituições de concessão de empréstimos a seus associados, praticando juros mais baixos que os do mercado.

A UFV CREDI foi fundada em novembro de 1998. Sua sede, administração e Foro Jurídico estão na cidade de Viçosa (MG) e sua área de ação nas dependências da Universidade Federal de Viçosa – UFV. Seus principais objetivos são: proporcionar assistência financeira aos associados em suas atividades específicas, com a finalidade de fomentar a produção e a produtividade dos mesmos; influenciar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito, bem como da difusão de informações técnicas que visem o aprimoramento da produção e qualidade de vida; oferecer aos associados captação de recursos, concessão de créditos, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras; bem como aplicações de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificados, visando preservar o poder de compra da moeda e rentabilizar os recursos (UFV CREDI, 2002).

Podem fazer parte da cooperativa todas as pessoas que estejam na plenitude da sua capacidade civil, concordem com o Estatuto, preencham as condições estabelecidas nele e sejam servidores da Universidade Federal de Viçosa. Atualmente, a UFV CREDI conta com 1587 associados. Para adquirir a qualidade de sócio, o interessado deverá ter seu nome aprovado pelo Conselho de Administração, subscrever e integralizar as quotas-parte sociais na forma previstas no Estatuto e assinar o livro ou ficha de matrícula (UFV CREDI, 2002).

O AGROS é uma entidade fechada de previdência privada, constituída sob a forma de sociedade civil pela UFV, para suplementar as prestações asseguradas pela previdência oficial aos grupos familiares dos empregados dos patrocinadores, e promover o bem-estar social dos seus destinatários. Foi criado em 8 de maio de 1980. Possui sua sede e foro na cidade de Viçosa, tendo representações regionais e locais. Os principais objetivos dessa instituição são suplementar as prestações asseguradas pela previdência oficial aos grupos familiares dos empregados dos patrocinadores do AGROS promovendo o bem-estar social dos seus destinatários. Sua missão é promover a segurança e o bem-estar dos participantes, por meio dos planos previdenciários e assistencial. Tem como eixo os seguintes valores: compromisso, respeito, integridade, responsabilidade, transparência e qualidade. Podem fazer parte do AGROS patrocinadores (próprio AGROS e a UFV, bem como as pessoas jurídicas que firmarem o convênio de adesão) e destinatários (participantes – participantes-assistidos e participantes-ativos – e assistidos). Já os beneficiários são quaisquer pessoas que vivam, comprovada e justificadamente,

sob a dependência econômica do participante. A inscrição no AGROS, como participante ou beneficiário, é condição essencial à obtenção de qualquer prestação ou vantagem por ele assegurada. Atualmente, o instituto possui 4.979 associados (AGROS, 2005).

Os compromissos da instituição com os participantes estão previstos nos planos previdenciários e no plano assistencial (PAS-UFV), e são orientados pelo Conselho Deliberativo que fixa seus objetivos e políticas previdenciárias. Há também um órgão que fiscaliza o AGROS, o Conselho Fiscal, o qual zela pela sua gestão econômico-financeira, e acusa as irregularidades ou qualquer ato incompatível com as leis e normas internas. A diretoria do AGROS, além de administrar a instituição, executa as diretrizes fixadas pelo Conselho Deliberativo e cumpre suas normas (AGROS, 2005).

### **População e amostra**

A UFV CREDI possui 1587 associados. Destes, aproximadamente 70% fazem algum tipo de empréstimo constante (curto, médio e/ou longo prazo), 20% o fazem periodicamente e 10% não fazem empréstimos. Fez-se, então, uma seleção aleatória de associados da cooperativa que fazem empréstimos, tendo-se trabalhado com 2,5% destes (28 associados) que estavam presentes nas dependências da instituição para solicitar um empréstimo e concordaram em participar da pesquisa.

O AGROS possui 4979 associados e destes 60% (2967) têm empréstimos. Neste grupo estão incluídos aposentados e ativos. A população compreendeu apenas os funcionários ativos, o que representou um total de 2647. Dentro deste grupo trabalhou-se com uma amostragem de 2,5%, o que representou 66 associados, que foram selecionados de acordo com os mesmos critérios.

Sendo assim, totalizou-se 121 entrevistados, constituindo uma amostra probabilística intencional e proporcional ao tamanho da população. Os critérios de intencionalidade foram fundamentados no fato dos funcionários estarem na ativa e terem solicitado empréstimo nas instituições estudadas.

### **Coleta e análise dos dados**

A coleta de dados ocorreu em duas etapas. Primeiramente, foi desenvolvido um roteiro semi-estruturado para entrevistas com os responsáveis (gerentes) do setor de empréstimos das referidas instituições. Esta etapa teve como objetivo conhecer o funcionamento das instituições e nortear a elaboração de um roteiro de entrevista para os associados.

A segunda etapa foi caracterizada pela elaboração de um roteiro semi-estruturado para a realização das entrevistas com os associados, bem como pela efetivação das mesmas.

Os dados, quantitativos, foram analisados utilizando-se a estatística descritiva (média, porcentagem) enquanto os dados qualitativos, pela análise de conteúdo.

## **Revisão de literatura**

A revisão de literatura apresenta discussões acerca dos planos econômicos e consumo da sociedade brasileira e administração de recursos pelas famílias.

### **Planos econômicos e consumo na sociedade brasileira**

O final do século XX foi marcado por uma economia oscilante e por planos econômicos instáveis. Era imprescindível que se adotassem políticas que fizessem o capital se reestruturar, para garantir o desenvolvimento dos países e uma expansão capitalista adequada (FREITAS, 2005).

A partir da década de 1970, inicia-se uma estratégia hegemônica de reestruturação do capital, caracterizando o chamado neoliberalismo. Basicamente, a articulação envolvia o combate ao trabalho, a reestruturação produtiva e a reforma do Estado (MONTANO, 2003).

Já no final dos anos 80, o Consenso de Washington, a fim de avaliar e orientar as reformas econômicas na América Latina, estabeleceu que houvesse nos países latinos disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira, regime cambial, liberalização comercial, investimento direto estrangeiro, privatizações, desregulação e propriedade intelectual. Além disso, aqui no Brasil, se estabelecia um avanço social, pois se consolidava a Constituição de 1988, que também contribuiu para os avanços nas reformas de estabilização econômica (MONTANO, 2003).

Assim, a década de 90 iniciou-se propícia a um amplo consenso liberal, favorável à implementação de programas de estabilização, a ajustes e reformas institucionais, apoiados e promovidos pelos governos nacionais e pelas agências financeiras internacionais. Em 1993, com intenção de estabelecer um programa de estabilização e reforma econômica no Brasil, o governo adotou um plano de ajuste que englobava estabilização macroeconômica, reformas estruturais e a retomada de investimentos e do crescimento econômico (MONTANO, 2003).

Em 1994, iniciou-se uma nova tentativa de estabilização econômica no país, tendo sido criado o Plano Real. O Plano Real não resolveu todos os problemas existentes, mas marcou um novo período na história econômica do Brasil. O consumidor pôde experimentar a sensação de viver em uma economia com inflação reduzida, onde tinha a possibilidade de programar melhor os seus gastos. Entretanto, isto não ocorreu, pois a maior parte da população endividou-se, tendo como consequência o aumento do número de cheques sem fundo e de

inadimplências. Como os investimentos, antes considerados rentáveis (em função da confusão existente entre correção monetária e juros), deixaram de seduzir os consumidores, estes passaram a substituí-los pela aquisição de produtos. Isto se tornou possível graças às formas facilitadas de crédito e à abertura de acesso aos produtos importados. O consumidor brasileiro, acostumado a se privar de uma série de bens, viu, neste período de inflação baixa, a possibilidade de realizar seus sonhos de consumo (FREITAS, 2005).

A economia brasileira continua em processo de expansão, como já vinha acontecendo desde o ano de 2004, a taxa de inflação continua sob controle e o PIB (Produto Interno Bruto) também está positivo (3%) e em crescimento. O país possui seu mercado bastante estável e cada vez mais aberto às exportações, ganhado assim, maior confiança estrangeira. Contrariamente ao aumento das exportações há o detrimento do consumo final da produção tanto pelo Governo quanto pelas famílias. Isso faz com que a sociedade pressione o governo para que este contenha o aumento da carga tributária. As famílias, também, contêm seus gastos em decorrência dos altos juros cobrados pelos bancos, da estagnação do nível de emprego, e da queda do poder aquisitivo dos salários. Esse último fator contribui para o surgimento do que se denomina como a economia do endividamento, que é impulsionada a partir do crédito consignado (JURUÁ, 2005).

Apesar de os problemas que o consumidor enfrenta em decorrência da política econômica adotada, o Brasil depara-se com o aumento da demanda por bens supérfluos. Como conseqüência, tem-se a elevada taxa de endividamento da população. Esse processo de endividamento, por que passam muitos trabalhadores brasileiros, gera inúmeros problemas tanto para os empregados quanto para as instituições onde atuam (FREITAS, 2005).

Para Romeiro Filho (2001), o acesso ao consumo e a utilização de produtos tem sido associados a uma forma de in(ex)clusão social<sup>6</sup>. E, devido a isso, de acordo com o tipo de produto, local onde se compra e quantidade que se compra, há uma classificação das pessoas, incluindo ou excluindo estas da sociedade. Além da obrigatoriedade de ter os novos produtos do mercado, a sociedade, caracterizada como capitalista, globalizada e tecnológica, necessita ter conhecimento e experiência tecnológica suficiente para utilização do produto, o que normalmente não acontece. Tornando, portanto, além da impossibilidade de acesso, a impossibilidade de usufruir plenamente os benefícios do produto, uma forma de exclusão. Daí, nota-se a importância que o consumo representa para as relações sociais na sociedade atual.

---

<sup>6</sup> Tradicionalmente, o acesso a certos bens de consumo é um fator de inclusão social, uma vez que contribui diretamente para o desenvolvimento econômico de um país. Contudo, nem sempre esse acesso traz benefícios aos usuários, uma vez que muitos produtos incorporam uma nova interface que dificultam a sua usabilidade.

## A administração de recursos pelas famílias

Damiano Teixeira (2004) afirma que a administração de recursos pelas famílias é bastante complexa devido à variedade dos recursos existentes e pela dificuldade de conciliar recursos escassos às necessidades crescentes. Segundo a mesma autora, os problemas financeiros resultantes da falta de administração ou de práticas que estão prejudicando a administração do dinheiro, têm afetado grande parte das famílias brasileiras.

Para Freitas (2005), o grande desafio é conscientizar o consumidor para a necessidade de que ele organize, de forma equilibrada, o seu orçamento familiar. Entretanto, a organização do orçamento familiar não é apenas uma simples questão de distribuição e utilização de recursos. Ela abrange um aspecto mais amplo, que diz respeito à educação para o consumo. O orçamento doméstico é mais do que uma planilha de entradas e saídas (gastos) de dinheiro. Se bem feito, constitui um retrato das necessidades, as aspirações, e do estilo de vida da unidade doméstica. Através deste instrumento, é possível analisar as preferências da família e seu padrão de vida, além das receitas e das despesas de todos os membros da unidade doméstica.

A satisfação de um maior número de necessidades e/ou desejos de uma família poderá ser modificada através do planejamento do seu orçamento doméstico. Este se refere ao cálculo de previsão das receitas e das despesas durante um período. Fazer o planejamento do orçamento mensal da família não significa ser pão duro ou que precise economizar todo o salário evitando despesas extras. Cuidar do orçamento poderá ser o primeiro passo para se investir em poupança ou obter algo que se muito deseje, mas para isso toda a família deverá estar envolvida neste projeto (DAMIANO TEIXEIRA, 2004).

Muitas famílias, não conseguindo planejar suas despesas, acabam por recorrer aos empréstimos; a modalidade de empréstimo mais usada é a que se denomina de empréstimo consignado. Este sistema permite que os bancos captem recursos externos para emprestar às pessoas com emprego estável (aposentado e funcionários públicos), mediante a autorização de desconto em folha de pagamento, o que, conseqüentemente, acarreta baixíssimo risco de inadimplência. Contudo, nesse sistema, o trabalhador receberá seu salário já deduzido da prestação, diminuído então seu valor bruto. Nos últimos meses, a carteira de empréstimo a pessoas físicas cresceu em torno de 40% (JURUÁ, 2005).

Os trabalhadores com carteira assinada, do setor público ou privado, podem negociar seus empréstimo diretamente, por meio da empresa em que trabalha ou do sindicato da categoria. Não precisam ter conta corrente na instituição, assim como podem obter o empréstimo em um banco diferente daquele onde é creditado seu salário. Assim, pelas aparentes facilidades, muitos trabalhadores estão adquirindo muitos empréstimos e se endividando (PRUDENTE, 2007).

## Resultados

Inicialmente, procurou-se mapear os casos de empréstimos das duas instituições estudadas. Para tal, os responsáveis pelas instituições foram entrevistados e questionados sobre o número total de associados de cada instituição, o número de associados que fazem empréstimos, que são ativo-inativos e casos de inadimplências, contribuindo para a caracterização da população estudada<sup>7</sup>.

Os casos de atrasos de pagamento e inadimplência correspondem a menos de 5%, e, pelo fato de os empréstimos serem descontados em folha pagamento e os associados poderem fazer renegociação de suas dívidas. Esse fato contrapõe-se à realidade vivenciada em muitos bancos e financeiras, onde pesquisas revelaram que o número de inadimplências vem aumentando, assim como o super endividamento, constituindo motivo de grande preocupação dos órgãos de defesa do consumidor (PRUDENTE, 2007).

As entrevistas com os associados buscaram retratar o perfil socioeconômico, bem como conhecer a maneira como administram seus recursos financeiros e os motivos para a aquisição do empréstimo. No que se refere à caracterização socioeconômica, tem-se que 80% eram homens, sendo estes os principais responsáveis pelo sustento da família. Nos casos onde havia dois ou mais membros familiares trabalhando (30%), a renda dos associados era maior, porém, o(s) outro(s) membro(s) também contribuíam para as despesas domésticas. Em 100% dos casos, o associado exercia a chefia doméstica.

A idade média dos entrevistados variou entre 48 a 56 anos. Com relação ao estado civil, 95% dos entrevistados eram casados e possuíam, em média, três filhos. Como na maioria dos casos (75%) a família se encontrava na fase de maturação e dispersão, o número médio de habitantes por moradia foi de quatro pessoas.

O grau de escolaridade variou, tendo aproximadamente 35% dos entrevistados apenas o ensino fundamental completo; 30%, o ensino médio completo; 25%, o ensino fundamental incompleto; 5%, o ensino médio incompleto; e 5%, o ensino superior completo. Esse fato pode estar relacionado ao cargo que ocupam, uma vez que estes, em sua maioria, não exigem o ensino superior. Percebeu-se, também, que os entrevistados que possuíam o ensino superior completo eram docentes (5%) e nenhum dos que tinha formação superior se enquadrava na qualidade de servidor, o que mostra a diferença de escolaridade entre esses dois níveis profissionais.

Para se avaliar a renda familiar, estabeleceu-se uma média salarial, a qual ficou entre 257% e 514% do salário mínimo vigente<sup>8</sup>, o que vem de encontro à

<sup>7</sup> Estes dados estão discutidos na seção metodológica.

<sup>8</sup> O valor do salário mínimo, no momento das entrevistas, era de R\$350,00.

ocupação e cargo dos entrevistados (servidores do nível de apoio da UFV). Esses funcionários possuem uma média salarial acima do que pode ser evidenciado na realidade nacional, uma vez que, de acordo o IBGE (2004), a renda média mensal da população brasileira é de 209% do salário mínimo.

Na maioria dos casos (75%), os entrevistados não faziam o planejamento da renda familiar, apenas acompanhavam, por extratos/saldos, a conta bancária. Dos que disseram fazer o planejamento, cerca de 55% alegaram fazê-lo sozinho, sem a participação dos familiares. A participação do cônjuge foi citada por aproximadamente 30% deles e 15% disseram envolver todos os membros familiares no planejamento da renda. Percebeu-se que há uma tendência maior entre as mulheres de se fazer o planejamento da renda, uma vez que, entre as entrevistadas, 100% alegaram planejar o uso da sua renda e 85% disseram fazê-lo juntamente com seu cônjuge. Por tudo isso, pôde-se perceber que a falta de planejamento da renda contribuiu para o crescimento do endividamento. Lima (2006) confirma esse fato quando afirma que sem um bom planejamento das despesas junto à família, torna-se praticamente impossível se estabelecer parâmetros de gastos e custos familiares e, conseqüentemente, há um aumento da probabilidade de se adquirir dívidas.

No que se referiu à utilização da renda pelas famílias, a maior parte dos entrevistados (65%) gastavam toda a sua renda com as despesas de casa e ajuda a familiares (normalmente filhos e pais), não sobrando nenhuma quantia para outros gastos. Os entrevistados que gastavam seus salários com estas situações e incluíam, também, o lazer foram 25%. Apenas 10% dos entrevistados poupavam parte de sua renda. Esses dados ressaltam novamente, a falta de planejamento das despesas familiares, bem como o pequeno percentual daqueles que poupam. Buscando o redescobrimto da caderneta de poupança pelos brasileiros e incentivar o aumento do número percentual da poupança, que há muito tempo deixou de ser um investimento lucrativo, muitos bancos estão iniciando campanhas para estimular os seus clientes a abrirem e/ou reativarem as suas cadernetas de poupanças (G1, 2007).

Outro dado interessante é a porcentagem de entrevistados que, no momento da entrevista, não possuíam cheque especial (70%). A principal justificativa para esse fato foi a de que experiências mal sucedidas com esse tipo de crédito fizeram com que eles cancelassem esse serviço e optassem por não usufruí-lo novamente. Segundo Gualda, citado em BRASIL (2007), o motivo da busca cada vez maior por empréstimo é o alto grau de endividamento do brasileiro. A classe média está usando cada vez mais o cheque especial e o cartão de crédito, o que, somado aos gastos cada vez maiores com planos de saúde e mensalidades escolares, provoca o desequilíbrio no orçamento familiar. Além disso, o pouco crescimento da renda média dessa classe é um dos fatores que, segundo ele, levam ao endividamento. Esse mesmo autor ainda diz que é uma situação comum fazer uso do cheque especial ou não poder quitar a fatura integral do cartão de crédito para quitar dívidas extras.

Dos entrevistados que alegaram pegar empréstimos para investimentos (45%), este normalmente envolvia a reforma de casas e/ou abertura de um negócio próprio. As dívidas normalmente estavam relacionadas às despesas da casa, como por exemplo, uma conta de telefone alta, compras de supermercado atrasadas e cobertura de cheques em bancos (40%). As emergências (15%) estavam ligadas à problemas de saúde e/ou imprevistos (consertos em casa, carro, dentre outros). Dos casos onde o associado era mulher, em 100 % das respostas os motivos da aquisição do empréstimo foram devido a alguma emergência (85%) que estavam relacionadas a problemas de saúde na família ou a investimentos (15%). Já quando o associado era homem, os principais motivos para aquisição do empréstimo foram os investimentos (50%), o pagamento de dívidas (40%) e as emergências (10%).

Cerca de 90% dos entrevistados alegaram estarem satisfeitos com os empréstimos que adquiriram e afirmaram que estes resolveram seus problemas. Todos os entrevistados disseram que recorreriam às mesmas instituições (AGROS e UFV CREDI), caso necessitassem novamente de empréstimos.

### Considerações finais

Nesse estudo, buscou-se conhecer os motivos que levaram os funcionários públicos a adquirirem empréstimos. Embora este estudo tenha sido restrito a uma pequena população de funcionários públicos, não se podendo generalizar os resultados, os dados levantados podem respaldar a necessidade de maiores investimentos em programas e projetos voltados para orientações ao consumidor no que se refere ao planejamento do uso de seus recursos. Isso por que a maioria dos entrevistados desconhece a quantia que gasta com determinada atividade. Isso se deve basicamente ao fato de eles não fazerem o planejamento de seus gastos, não tendo controle sobre as finanças, o que, conseqüentemente, leva à aquisição de empréstimos para poder somar às dívidas.

Percebeu-se, ainda, que as mulheres, como chefes de família, recorrem a empréstimos, na maioria dos casos, para alguma emergência, e que utilizam o planejamento da renda para controlar suas finanças. Assim, pode-se concluir que as mulheres demonstram possuir maior controle/planejamento de sua renda em relação aos homens e o resultado se dá na menor aquisição de empréstimo por essas.

O fato de os empréstimos virem descontados na folha de pagamento é o principal motivo dos entrevistados alegarem facilidade em seu pagamento, pois não precisam se preocupar com a data para o pagamento. Porém, esta facilidade reduz o valor do salário líquido recebido, o que gera necessidades de novos empréstimos.

Perante essa situação, sugere-se que as entidades envolvidas (UFV CREDI e AGROS) ofereçam cursos de educação do consumidor e orçamento doméstico aos seus associados, o que teria impacto direto sobre a qualidade de vida destes e conseqüente melhoria da relação entre empresa e cliente.

Dada a pesquisa, foi possível diagnosticar que existe uma relação direta entre a falta de planejamento familiar para o consumo e o desequilíbrio financeiro das famílias. O que, na maioria das vezes, acaba por influenciar a aquisição de empréstimos por algum membro familiar, contribuindo para o aumento do endividamento da população.

Uma vez que esse estudo foi limitado a uma pequena parcela da população, sugere-se ampliá-lo a fim de entender como outros grupos administram seus recursos financeiros, assim como identificar os motivos pelos quais adquirem empréstimos. É importante, também, o desenvolvimento de estudos longitudinais que objetivem conhecer, a médio e longo prazo, os impactos da aquisição de empréstimos na qualidade de vida das unidades familiares.

### Referências Bibliográficas

AGROS. Instituto UFV de seguridade social. Disponível em: <<http://www.agros.org.br/>> Acesso em: 07 de out. de 2005.

ARES, B. **Endividamento consciente**. Disponível em: <[http://financer.terra.com.br/index.cfm/Fuseaction/Secao/Id\\_Secao/23](http://financer.terra.com.br/index.cfm/Fuseaction/Secao/Id_Secao/23)> Acesso em: 20 de abr. de 2006.

DAMIANO TEIXEIRA, K. M. **A administração de recursos na família: Quem? Como? Porque? Para que?**. Viçosa-MG: UFV, 2004.

BRASIL, C.I. do. **Dívidas levam consumidor a buscar restituição do IR e de 13° nos bancos, diz professor**. Agência do Brasil. Disponível em: <<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=289305>> Acesso em: 05 de jun. de 2007.

FREITAS, P.O. de. Orçamento familiar: preparando multiplicadores. In: **Anais do XVIII Congresso Brasileiro VI Encontro Latino-Americano e IX Simpósio Estadual de Economia Doméstica**, Francisco Beltrão, PR: Unioeste, 2005.

G1 – O Portal de Notícias da Globo. **Poupança cresce no país e capta quase R\$ 5 bilhões em 2007**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Economia/0,,MUL25209-5599,00.html>> Acesso em: 05 de jun. de 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <[www.ibge.org.br](http://www.ibge.org.br)> Acesso em: 04 de mar. de 2006.

JURUÁ, C.V. **Crescimento e repartição da renda nacional.** Projeto da análise da conjuntura brasileira. Resultados do triênio 2003/2005. Economia Política Econômica. Disponível em: <[http://www.lpp-erj.net/outrobrasil/Docs/24112005171951\\_An%C3%A1lise\\_Ceci\\_nov05.doc](http://www.lpp-erj.net/outrobrasil/Docs/24112005171951_An%C3%A1lise_Ceci_nov05.doc)> Acesso em: 12 de jun. de 2007.

LIMA, F. de. **Orçamento: uma ferramenta que ajuda a realizar sonhos.** Suas Finanças/ Infomoney. Disponível em: <<http://web.infomoney.com.br/templates/news/view.asp?path=/suasfinancas/&codigo=494123>> Acesso em: 05 de jun. de 2007.

MONTANO, C. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

PRUDENTE, E.A.de J. **O superendividamento e os novos direitos do consumidor.** Artigos Procon. Fundação de Proteção ao Consumidor (SP). Disponível em: <<http://www.procon.sp.gov.br/texto.asp?id=1409>> Acesso em: 08 de maio de 2007.

ROMEIRO FILHO, E. O design de produtos como forma de *in(ex)clusão social*. In: **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Economia Doméstica V Encontro Latino-Americano e VIII Simpósio de Economia Doméstica**, Viçosa, MG, 2001.

SILVA, N. M. da. **Subsídios para o estudo da educação do consumidor.** Viçosa – MG: UFV, 1990.

SILVA, N. M.; BRAGA, F.F.; DONSELE, M.F. Pobreza e organização econômica familiar: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Economia Doméstica, OIKOS**, Viçosa, v.9, n.1, 1995.

SUPLICY, E.M. A persistência da desigualdade, o endividamento crescente e o caminho da equidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.14, n.40, 2000. Disponível em: <[www.scielo.br/scielophp?script=sci\\_arttex&ti.](http://www.scielo.br/scielophp?script=sci_arttex&ti.)> Acesso em: 19 de abr. de 2006.

UFV CREDI. Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Universidade Federal de Viçosa. **Estatuto**. Viçosa, 2002.

UFV. **Universidade Federal de Viçosa**. Disponível em: <<http://www.ufv.br>> Acesso em: 18 de abr. de 2006.

VIÇOSA. **Prefeitura municipal de Viçosa**. Disponível em: <<http://www.vicosa.com.br>> Acesso em: 14 de jun. de 2006.